Psicanálise, Política e Poder – Pode a Política ser Traumática? "Corpos da Margem: Necropolítica e a Clínica como Resistência"

Miriam Pires dos Santos[1]

Resumo

Nesta comunicação, proponho uma reflexão sobre a intersecção entre psicanálise, política e trauma, à luz do conceito de *Necropolítica*, de Achille Mbembe (2011) e da minha prática clínica, com pessoas atravessadas nas suas vidas por relações sociais de poder no que toca à classe, género, sexualidade, raça e outras formas de marginalização histórica. Mbembe descreve a Necropolítica como a capacidade do Estado - e as estruturas sociais a ele associadas - de determinar quais as vidas que são descartáveis, produzindo condições de vulnerabilidade, risco e morte simbólica ou mesmo física.

No contexto contemporâneo, marcado pelo crescimento de populismos, polarizações e erosão dos direitos civis, observo como o discurso de exclusão e ódio atua como agente traumatogénico nas pessoas com quem trabalho – e em mim própria - reativando fantasmas transgeracionais. Exploro como a política se inscreve na vida psíquica e como a exclusão configura uma dimensão traumática da experiência subjetiva.

Acompanhada pelo conceito africano de SANKOFA – retornar ao passado para repensar o presente e construir o futuro, sustento-me igualmente no enredo do filme Banzo de Margarida Cardoso (2024), para este movimento de incursão ao passado e articulo com a noção de *Pacto Narcísico de Branquitude*, de Cida Bento (2002), para pensar o presente, que se manifesta pelas políticas contemporâneas que reproduzem ideologias opressivas de pureza, meritocracia e hierarquia.

Sustento que em tempos de Necropolítica, a clínica psicanalítica re-

[1] Psicóloga Clínica, PsiRelacional, AfroPsis
miriam.p.santos@hotmail.com

lacional, inscreve-se enquanto espaço de escuta e resistência simbólica, ao permitir que a pessoa reinscreva a sua história, transformando o trauma numa narrativa partilhável, abrindo possibilidades de reparação.

Palavras-chave: *Necropolítica; Interseccionalidade; Trauma; Racismo; Pacto Narcísico de Branquitude; Inconsciente Relacional Implícito; Intersubjetividade; Sankofa.*

Corpos da Margem: Necropolítica e a Clínica como Resistência

O ano é 2024, em Portugal.

Em Janeiro, é dissolvido o Parlamento e convocadas eleições legislativas antecipadas para 10 de Março. 50 Deputados de um partido de extrema-direita ganham assento na assembleia da república. CINQUENTA. No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de Abril — a Revolução dos Cravos, que simbolizou a conquista da liberdade e o fim de uma ditadura de quarenta e oito anos —Portugal assistia ao renascer de discursos de ódio, exclusão e hierarquia moral.

Considerada uma pessoa pessimista — pelo menos, assim dizia o meu pai: "tens de ser mais optimista, filha, a vida não é assim tão má", os meus receios confirmaram-se. Sempre segui atentamente a política, talvez porque cedo compreendi — muito por influência dos meus pais — o quanto a política molda o quotidiano das nossas vidas. Acompanhei, desde 2016, a progressão da extrema-direita noutros contextos, particularmente nos Estados Unidos, e antecipava que, mais cedo ou mais tarde, essa corrente chegaria também a Portugal.

Apesar disso, o impacto foi profundo. Na segunda-feira seguinte às eleições, antes de me dirigir para o consultório, interroguei-me: quem, entre os meus pacientes, traria este tema? E quem se silenciaria? Eu própria sentia

medo — um medo difuso, corporal, de quem se sente novamente vulnerável num espaço que julgava seguro. Perguntei-me, ao cruzar-me com desconhecidos na rua, quem teria votado num partido que defende a retirada de direitos e a aniquilação simbólica de quem não cabe no ideal homogéneo e "puro" desta nação lusitana, de pessoas como eu.

Naquela semana, a minha clínica tornou-se um espelho vivo deste mal-estar social. Uma paciente negra, desde o início que se revelou uma pessoa preocupada e atenta às questões sociais e políticas à sua volta. Não foi portanto surpresa para mim, ter chegado à sessão e abordado espontaneamente o assunto das eleições. Na altura ponderava emigrar para outro país. Chegou à sessão visivelmente angustiada: "*Será este o sinal para eu finalmente sair daqui? Não sei em quem confiar. Não sei se alguns dos meus colegas, amigos, terão votado num partido que despreza pessoas como eu. Cinquenta anos de liberdade, cinquenta deputados que representam o retrocesso. Como é possível?!!*" Habitualmente chora de forma silenciosa e contida, mas desta vez chora convulsivamente e eu própria fico angustiada com o seu desespero. O seu choro era mais do que pessoal — era o eco de uma dor coletiva - na qual também me revejo.

Outro paciente, homem branco, na casa dos 20 anos, em acompanhamento há um ano, estava finalmente a assumir a sua orientação sexual perante um círculo restrito de amigos e preparava-se para revelar à família, tinha um companheiro com o qual se preparava para partilhar casa. Revelou choque e descrédito com o resultado eleitoral e uma sensação de incapacidade, ao constatar a ascensão deste movimento. Temia que neste momento em que se preparava para ganhar coragem para assumir a sua relação de uma forma mais pública, que encontrasse afinal maior resistência e maior oposição e até discriminação. "*Miriam, agora que estava a começar a convencer-me que este receio em assumir já não era tão real, que era mais um problema da minha cabeça, que hoje em dia as pessoas estavam mais tolerantes e com maior capacidade de aceitar uma relação entre dois homens, com o resultado destas eleições sinto que voltei para trás, tenho medo novamente de assumir, de andar na rua de mãos dadas com meu*

companheiro, e de que os meus vizinhos percebam que somos um casal e não apenas 2 amigos a dividir casa. Quando comecei a terapia sentia apenas vergonha, mas agora sinto um medo real pela minha integridade física. O medo reinstalava-se neste momento, como experiência não só afetiva, mas também no espaço público que o seu corpo poderia ocupar.

"Este país nunca me deixou pertencer totalmente. E agora sei que há ainda mais pessoas dispostas a negar-me esse direito", diz uma pessoa negra, queer, com quem trabalho há 3 anos. *Zangade* com as pessoas deste país que lhe viu nascer e que sempre sentiu que nunca lhe deixou pertencer a 100%. O nosso processo psicoterapêutico tem sido profundo, exaustivo, com tentativas de suicídio dentro da relação terapêutica, desencadeados por crises de exclusão e não reconhecimento da sua identidade trans, por outras pessoas em contextos laborais. É uma pessoa agudamente atenta a todo o que a rodeia do ponto de vista social e político. Reivindica o respeito pela sua identidade de género, para que lhe seja reconhecido o direito a existir na sua total autenticidade.

Como chegamos a este ponto na história?

Mais uma vez, socorro-me do conceito de Sankofa, retornar ao passado para repensar o presente de forma a construir o futuro e sustento-me no enredo do filme Banzo de Margarida Cardoso (2024), para este movimento de incursão ao passado. O ano é 1907, o cenário ficcionado é a ilha de São Tomé e Príncipe, na altura colónia portuguesa. A ficção, feita a partir de uma pesquisa cuidadosa sobre a realidade histórica, leva em conta uma pesquisa cuidadosa.

Na trama, o personagem Afonso trabalha como médico numa plantação nesta ilha africana. Tem como objetivo curar o Banzo, também chamado de nostalgia dos escravos, uma estranha doença que acometia as pessoas escravizadas. O esvaziamento de sentido de vida perante a perda da liberdade, e o luto, levava os corpos negros a morrer de melancolia ou suicídio. No filme, esses corpos não falam. A sua dor é narrada pelos outros — uma metáfo-

ra dolorosa para o apagamento histórico e epistémico que persiste até hoje. Como entender o invisível? Como entender o sofrimento daqueles a quem foi negado o lamento?

"*Estar na margem, é fazer parte de um todo que não te reconhece como parte de um corpo principal*", disse uma paciente. **Quem habita as margens da sociedade, e o que acontece a esses corpos do ponto de vista político e psíquico?**

Aqui, reencontro o camaronês Achille Mbembe (2011) filósofo, teórico político, historiador. Mbembe, refere que determinados corpos são alvo de uma **Necropolítica**. Nesta, o Estado tem o poder de ditar quem pode viver – e em que condições - e quem deve morrer. O *deixar morrer* torna-se aceitável— mas apenas para os corpos da margem. É a política da exclusão, da invisibilidade e da morte lenta.

O corpo *matável* é aquele que está permanentemente em risco de morte. O autor afirma que quem morre em zonas como estas são grupos geralmente selecionados com base em hierarquias – raciais, de género, socioeconómicas, de capacidade e outras. É apresentado o discurso de que determinados grupos encarnam um inimigo - por vezes fictício. A resposta é que, com as suas mortes, não haverá mais problemas. Assim, matar as pessoas desse grupo pode ser aceite como um mecanismo de segurança de um todo.

Surge-me aqui, o incontornável conceito de *Pacto Narcísico de Branquitude* (2002) desenvolvido por Cida Bento, Psicóloga Social, brasileira, negra, reconhecida como referência na área da diversidade e equidade racial. Este conceito, designa o acordo tácito e muitas vezes inconsciente, de preservação do privilégio e da norma. Um pacto que se manifesta **através de representações simbólicas, silenciamentos coletivos e práticas institucionais**. O pacto narcísico de branquitude, não constitui uma acusação dirigida a indivíduos brancos, é antes, uma denúncia das estruturas sociais e históricas que asseguram a centralidade e o poder neste grupo, como norma e referência universal.

O *Banzo* articula-se, para mim, com o *Pacto Narcísico de Branquitude* e com a *Necropolítica*, revelando como as feridas coloniais persistem no pre-

sente, sob novas formas de violência simbólica. O *Banzo* torna-se metáfora de um **trauma transgeracional**, de um desejo de pertença interrompido e de uma melancolia coletiva que atravessa corpos e histórias.

Estes vetores tão distintos e ao mesmo tempo tão próximos, revelam algo que o psicanalista Paul Wachtel em *Cyclical Psychodynamics And The Contextual Self* (2014), descreve como a **circularidade entre o interno e o externo**, um movimento contínuo entre o mundo psíquico e o contexto social. Os acontecimentos políticos não são apenas pano de fundo; tornam-se forças constitutivas do psiquismo, alimentando ciclos de medo, retraimento e impotência. Quando o ambiente sociopolítico é ameaçador, reforça os circuitos internos da angústia e da clivagem. A política, assim, pode tornar-se um agente de retraumatização — tanto individual quanto coletivo.

Wachtel propõe ainda que os movimentos populistas e extremistas funcionem como **cenários projetivos** para sujeitos que, devido a clivagens internas não integradas, recorrem a um inimigo externo para a sustentação da coerência do Self. O ódio político, neste sentido, é também expressão de **dinâmicas psíquicas dissociadas**.

Na clínica, o campo intersubjetivo é inevitavelmente contaminado por este clima social. A intersubjetividade — entendida, na psicanálise relacional, como o espaço co-construído entre terapeuta e paciente — torna-se permeável às ansiedades e às violências simbólicas do contexto. Eu própria senti medo. Um medo que não era apenas meu, mas parte do **inconsciente relacional** que atravessa o espaço social e irrompe nas sessões: o medo partilhado, tácito, de um mundo que se torna novamente perigoso para certos corpos e identidades.

A minha subjetividade está, pois, implicada neste campo. Não há neutralidade possível quando se pertence, também, a grupos histórica e socialmente marginalizados. Pode a política ficar fora do espaço terapêutico? A resposta, para mim, é clara: não pode.

O sofrimento que chega à clínica é inseparável do contexto social que o

produz. E é nesse entrelaçamento — entre o psíquico e o político — que o trabalho terapêutico se torna ético e verdadeiramente relacional.

Em suma, compreendo a clínica como um espaço intersubjetivo de resistência, onde o sofrimento é escutado como inscrição histórica e não apenas individual. O conhecimento relacional implícito — aquele que se manifesta nas microformas de presença, afeto e sintonia entre analista e paciente — torna-se um veículo de transformação. É neste campo silencioso, não-verbal, que o trauma encontra a possibilidade de ser simbolizado, nomeado.

O inconsciente relacional, partilhado entre analista e analisando, contém as reverberações do social, do político e do histórico. É nesse inconsciente partilhado que o trauma social se inscreve — e onde, pela via da escuta, pode começar a ser reparado.

Assim, em tempos de Necropolítica, escutar é um ato político. A clínica, quando se abre às margens, torna-se um lugar de resistência simbólica e ética, capaz de reinscrever o sujeito na história e de transformar o trauma em narrativa partilhável. É, acima de tudo, um gesto de humanidade contra a morte social e real.

Escutar os corpos da margem é, portanto, um modo de fazer história — uma história onde a psicanálise, a política e o trauma se encontram, e onde a palavra devolve ao humano o seu lugar, para um presente mais pleno e um futuro melhor.

Referências

Bento, C. (2002). Pacto da branquitude. Companhia das Letras.

Cardoso, M. (Realizadora). (2024). *Banzo* [Filme]. Uma Pedra no Sapato; Les Films de L'Après-Midi; Damned Films; Baldr Film.

Mbembe, A. (2011). Necropolitics. Duke University Press.

Wachtel, P. L. (2014). Cyclical psychodynamics and the contextual self: The inner world, the intimate world, and the world of culture and society. Routledge.